

Sindicatos de servidores debaterão propostas em tramitação no Congresso Nacional

Nesta quarta-feira, dia 24.02, o Sindsep-DF e outras entidades representativas do funcionalismo público das três esferas (Executivo, Legislativo e Judiciário) se reúnem para debater as proposições que tramitam no Congresso Nacional de interesse dos servidores. O objetivo é compartilhar informações, avaliar as proposições e definir formas de luta e mobilização para atuar no Congresso Nacional. A reunião será no auditório Francisco Zóccoli, na sede do Sindsep-DF, às 19h.

Entre as proposições, estão:

- PLP 549/09 – Congela o salário dos servidores, já foi aprovado no Senado Federal e tramita na Câmara dos Deputados.
- PLP 248/98 – Abre a possibilidade de demissão por suposta insuficiência de desempenho, sem direito à ampla defesa. Aguarda a votação de emendas no plenário do Senado Federal.
- PEC 233/08 - Elimina as principais fontes de custeio da Seguridade Social, como a Confins e a CSLL, determina a desoneração das contribuições previdenciárias sobre a folha, colocando em risco todos os benefícios a cargo do INSS.
- PEC 341/09 - Retira do texto constitucional direitos e garantias que signifiquem despesas. Aguarda votação do parecer

favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Depois será constituída Comissão Especial para avaliar mérito.

- PL 4.497/01 - Regulamenta o direito de greve do servidor público (Inciso VII, do Artigo 37, da Constituição Federal). Está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, onde aguarda parecer do relator deputado Geraldo Magela (PT/DF).
- MP 479/09 – Promove alterações de interesse de diversas categorias, tais como DNPM, Funai (GAPIN), HFA, Ministérios da Cultura e da Fazenda, Itamaraty (Carreira de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria), IPEA e das carreiras de Perito Médico Previdenciário e de Supervisor Médico Pericial, além de reabrir o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST) e aumentar do teto para percepção da GSISTE.
- PEC 270/2008 - Garante vencimentos integrais e paridade aos servidores aposentados por invalidez e por doença grave
- PEC 418/09 - Amplia os beneficiários do abono de permanência, benefício pago ao servidor público que permanece em atividade depois de ter cumprido as exigências para a aposentadoria voluntária.

Categorias seguem mobilizadas

Vários setores mantêm mobilizações em torno de suas reivindicações específicas (Veja relatos nas páginas 2 e 3). O fato é que o governo ainda não concedeu, por

exemplo, os planos e revisões de tabela prometidas em 2009. Ainda há tempo para os setores seguirem pressionando. Apesar de ser ano eleitoral, o governo pode conceder

as melhorias necessárias até, 30 de junho. Basta apresentar disposição política de resolver as pendências com o funcionalismo. (Leia mais em www.sindsep-df.com.br).

ASSEMBLEIA-GERAL DO SINDSEP-DF
Quinta-feira – 25.02 – 12h30 – Espaço do Servidor
Eleição de delegados à Plenária da Condsef (27.02)

Governo ainda não cumpriu acordo com servidores

O Sindsep-DF quer colocar na pauta das negociações com o Ministério do Planejamento, a inclusão dos servidores do Ministério das Relações Exteriores, atualmente, lotados no PGPE/PCC, na Carreira do Serviço Exterior Brasileiro (Lei 11.440/06). Na época da tramitação no Congresso do Projeto de Lei que criou esta carreira, havia uma emenda garantindo aos servidores do PCC/PGPE os mesmos direitos dos oficiais e assistentes de chancelaria. Porém, com a desculpa de que a emenda atrasaria a tramitação da matéria, o governo propôs

a sua retirada e assumiu com a categoria o compromisso de apresentar uma Medida Provisória que atenderia o setor. O que não foi feito, até hoje. A direção do Sindsep-DF entregou a diversos parlamentares duas cartas, uma do ministro Celso Amorim e outra então líder do PT, hoje vice-presidente da Câmara, Marcos Maia, ambas encaminhadas ao ministro Paulo Bernardo, cobrando o cumprimento do acordo. Como resultado, o deputado Marcos Maia marcou uma reunião nesta segunda-feira no seu gabinete para discutir como resolver o assunto.

MFazenda

A folia acabou, mas os fazendários se preparam para colocar o bloco na rua de novo

Ao passar as festas do Carnaval, a categoria fazendária aguarda com muita ansiedade a reunião entre o DENFA e o governo, marcada para a quinta-feira, dia 25.02, quando será apresentado o resultado da avaliação da proposta salarial para os anos de 2010 e 2011, equiparando de uma vez por todas a categoria fazendária à do Seguro Social, conforme acordo firmado desde 2006 entre a Fazenda, o Planejamento e a categoria representada pela Condsef.

Durante o período de férias escolares, quando muitos servidores aproveitaram para descansar com seus familiares, a

mobilização dos fazendários foi redirecionada para as reuniões de base, especificamente com os servidores recém transpostos para o PECFAZ, os ATAs e o trabalho parlamentar que teve início em fevereiro.

A Seção Sindical da Fazenda se prepara para retomar os trabalhos de mobilização para os servidores receberem as notícias da reunião do DENFA. A assembleia-geral do PECFAZ acontecerá no mesmo dia da reunião, quinta-feira (25.02), a partir das 14h, em frente à sede da Fazenda, na tenda do Sindsep-DF. A presença de todos os fazendários é muito importante.

Funasa

Assembleia dos servidores da Funasa

Nesta quarta-feira, dia 24.02, os servidores da Funasa realizam assembleia, às 10h, para discutir a extensão da tabela proposta pelos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para a

Funasa, reajuste da GACEN, 30 horas e a extensão da PASUS para todos dos servidores do órgão, também serão eleitos os delegados para a Plenária da Condsef que acontece no dia 27.02.

Impasse da Progressão Funcional continua. Servidores exigem pagamento imediato

Os servidores do Ministério do Meio Ambiente estão ainda mais indignados, pois a ainda não receberam a Progressão Funcional que deveria ter ocorrido em janeiro, com efeito pago na folha de fevereiro de 2010. A Portaria do MMA nº 45, de 29.01.09, criou expectativas entre os servidores que assumiram compromissos, confiantes no cumprimento deste instrumento legal endossado pelo ministro Carlos Minc há nada menos que um ano e publicado na página 112, da Seção I, do Diário Oficial da União de 30.01.09.

No dia 10.11, o coordenador da Seção Sindical do Sindsep-DF no MMA, Érico Grassi, e o diretor do sindicato Egaz Ramirez, se reuniram com os dirigentes do MMA Pedro Raimundo, coordenador-geral de Recursos Humanos, seu substituto Paulo Silva e Cláudia Diniz, chefe da Divisão de Capacitação, Treinamento e Desenvolvimento, para cobrar o cumprimento da Portaria.

A Diced havia prometido que a Progressão sairia em fevereiro, com efeito em março, retroativo a janeiro de 2010. Explicou que a Progressão apenas ainda não ocorrera, por cautela, pois a direção do MMA está aguardando resposta do MPlanejamento para confirmar se foi correta a aplicação de parte da portaria que já fora cumprida em 2009. Uma parcela dos servidores percebeu esta parte em abril de 2009, e a outra em outubro de 2009. A Diced alegou que, caso o MPOG interprete que não foi correta a aplicação desta parte, os servidores terão que devolver o valor recebido em 2009. Informou que a Consultoria Jurídica do MMA já emitiu parecer avaliando que a portaria está correta e que, se dependesse da direção do MMA, a Progressão já teria sido cumprida. Os dirigentes alegaram que o impasse surgiu por conta da entrada dos Agentes Administrativos, de servidores do Ibama redistribuídos no SFB e por conta de questionamentos do Ibama. Quanto a entrada dos agentes e redistribuição dos servidores do Ibama, alegam que é necessário padronizar a data de progressão dos servidores do MMA e que irão buscar a melhor maneira de se fazer isto.

O entendimento do sindicato é diferente. O problema surgiu por conta das constantes mudanças da norma. Não é tentando transferir a culpa para a entrada dos Agen-

tes, redistribuição de servidores do Ibama e questionamentos do Ibama que se vai resolver o problema. Para começar, se a data do aniversário fosse respeitada o problema não teria surgido. Os representantes sindicais aproveitaram para deixar claro que não foram “negociar” o cumprimento parcial da portaria e, tampouco, foram resolver o problema pela direção do MMA em “parceria”. Não foram os servidores que criaram o problema. São os servidores que têm o poder de afetar suas próprias vidas, mudando e criando normas ao bel prazer para depois não cumprirem as próprias normas? Quem deve resolver o embrolho sem prejudicar os servidores é a direção do MMA.

Os representantes dos servidores cobraram também tratamento equânime para uma parcela de servidores que, por interpretação da CGRH e Diced, podem acabar não sendo contemplados na portaria.

O Sindsep-DF aproveita para informar que para estes e demais servidores que recebem Progressão em data posterior a do aniversário de admissão no serviço público, o sindicato já tem uma ação ajuizada para cobrar a diferença da data-base no funcionalismo. Por coincidência, a ação surgiu por conta de problema crônico que ocorre justamente no Ibama. Podem entrar todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas. Os documentos necessários são: procuração (formulário disponível no www.sindsep-df.com.br), cópias da Carteira de Identidade e do CPF (autenticadas em cartório), cópia da publicação no Diário Oficial da União da admissão no serviço público federal e as Fichas Financeiras dos últimos cinco anos (basta solicitá-las no RH).

Os representantes dos servidores saíram preocupados da reunião, pois o problema parece estar longe de ser resolvido. Os dirigentes não estão satisfeitos com o embrolho criado e continuam defendendo a tentativa de criação de novas mirabolantes datas artificiais para a progressão, desrespeitando a data de admissão no serviço público, podendo continuar afetando os atuais e futuros servidores do MMA.

Leia mais em www.sindsep-df.com.br

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF – Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Colaboraram nesta edição: Ada Regina, Amaral, Cláudio Santana, Cleusa Cassiano, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Marcos Verlaire, Irisdeth, Joana Fusco, Jovina, Madalena Azevedo, Oton Pereira Neves, Thereza Alencar, Leide Santos, Cleide Portela, Giselle do Valle – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 19.200 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br

Planejamento e MTE apresentarão proposta conjunta ao setor

Em reunião no dia 10.02 com representantes dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Planejamento propôs outro calendário de negociação, rompendo com o compromisso de encerrar as reuniões no dia 22.02, afirmando que no dia 08.03, às 15h, apresentará uma contraproposta para ser apreciada pelo setor.

Segundo a Secretaria de Recursos Humanos, do Planejamento, a proposta foi construída

em conjunto com a direção do MTE e tem impacto financeiro apenas para 2011. Outras duas reuniões também já estão agendadas para os dias 19 e 29.03.

Na reunião, os servidores voltaram a enfatizar a necessidade de uma carreira específica para o órgão e a reafirmar que o modelo transversal proposto anteriormente pelo Planejamento não atende as necessidades da categoria.

Servidores realizam paralisações diárias de uma hora

Com a decisão do Ministério do Planejamento de empurrar as negociações dos servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, agendada ano passado para iniciar no dia 05.02 para o final do mês, o setor decidiu realizar paralisações diárias de uma hora. Graças à mobilização, uma comissão foi recebida, dia 10.02, pelo secretário-executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim Fernandes, que se compro-

meteu a intervir junto ao MPlanejamento em favor das reivindicações da categoria. A primeira reunião está marcada para esta sexta-feira, dia 26.02.

Pauta de reivindicações:

- Redução de 24 para 13 padrões;
- Redução de 5 para 4 classes de capacitação;
- Redução do prazo para progressão entre os padrões de 18 para 12 meses;
- Redução do prazo para promoção por capacitação de 60 para 36 meses;

- Criação de gratificação por graduação para o nível intermediário;
- Retribuição por Titulação e Gratificação por Qualificação definidas em bases percentuais e diferenciadas (especialização - 27%; mestrado - 52,5% e doutorado - 105%);
- Unificação das tabelas do plano de carreira (pesquisadores e técnicos) e do PEC-INEP;
- Revisão do VB e do ponto da GDIAE;
- Reabertura para adesão dos servidores do PGPE no PEC-INEP.



Recursos Humanos já recebem termos de opção pela CPST

O Sindsep-DF informa aos servidores dos Ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho e da Funasa que ainda não assinaram o Termo de Opção para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho (CPST), criada pela Lei 11.355/06, que podem

fazê-lo no Recursos Humanos do seu órgão de lotação. O prazo para opção foi reaberto pela MP 479/09 que ainda está em tramitação na Câmara dos Deputados, aguardando ser convertida em Lei.

A reabertura do prazo é uma antiga reivindica-

ção da categoria e beneficia 36 mil servidores. Pela MP, o prazo para opção é de 60 dias, a contar da data de sanção presidencial da matéria. Mas o Sindsep-DF conseguiu que o RH dos órgãos aceitassem receber antecipadamente os termos de opção para evitar correrias.

Governo impõe nova agenda de negociação

Os servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ficaram insatisfeitos com resultado da reunião com o governo, realizada no dia 05.02. O intuito era discutir o plano de carreira, porém não houve avanço

nas negociações e um novo calendário de reuniões foi apresentado aos servidores. No dia 08.02, os servidores realizaram assembleia para passar os informes e agenda. A próxima reunião será nesta sexta-feira, dia 26.02.

Servidores prontos para retomar a luta

Os servidores do Ministério do Planejamento retomam nesta semana a luta pelo Plano de Carreira específico, com a extensão e incorporação da GSISTE para todos. Assembleias estão marcadas para os dias 24 (portaria do Bloco K), 25 (portaria do Bloco C) e 26.02 (no DNIT, para servidores do Planejamento lotados no órgão), todas às 10h30. O objetivo é discutir as novas ações de mobilização da

categoria e algumas das conquistas do setor, já em 2010, como o reajuste do auxílio-alimentação que, apesar de ainda insuficiente, é resultado da mobilização do funcionalismo e da pressão exercida pela categoria por isonomia com os Poderes Legislativo e Judiciário. A Seção Sindical parabeniza os servidores do Planejamento pela conquista e os convida a participar da assembleia no seu local de trabalho.

Governo volta a falar em carreiras transversais

Em reunião no dia 18.02, para tratar da Carreira Indígenista, o Ministério do Planejamento voltou a levantar a possibilidade de o governo discutir a estruturação das carreiras transversais. Na ocasião foi feito um resgate histórico do processo de negociação com os servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) desde 2008 e lembrado que em maio

de 2009, uma proposta do setor foi protocolada no Planejamento e que o governo precisa se posicionar a respeito.

O Sindsep-DF já divulgou notas com posição contrária à criação de novas e redundantes carreiras transversais e continuará defendendo o atendimento dos servidores e da melhoria das carreiras já existentes.

SOS Sindical Haiti

CUT convoca entidades filiadas a arrecadar fundos para ajudar na reconstrução do país

Conforme decidido pela Executiva Nacional, a CUT lançou uma campanha de arrecadação de fundos para a reconstrução do Haiti, com ênfase ao movimento sindical. O dinheiro será encaminhado diretamente para as entidades sindicais haitianas parceiras políticas

da CUT, para evitar desvios.

As doações podem ser feitas no Banco do Brasil, agência 3324-3, conta corrente 956251-6 (SOS Sindical Haiti). Os que não possuem conta no BB podem utilizar o CNPJ da CUT (60563731/0001-77) para efetuar a transferência via DOC.

Nota da Executiva Nacional da CUT

A Direção Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo, no dia 19 de janeiro de 2010, reafirma sua solidariedade, manifestada desde o dia 13 de janeiro, às vítimas do terremoto no Haiti. A CUT decidiu iniciar uma campanha para ajudar na reconstrução do Haiti, dando ênfase ao movimento sindical haitiano com o recolhimento de fundos entre os sindicatos brasileiros para serem remetidos às organizações que a CUT mantém relações naquele país.

Em contato com dirigentes sindicais haitianos que foram parte da delegação internacional presente no 10º CONCUT (agosto de 2009), a CUT foi informada da verdadeira catástrofe que se abate sobre o povo haitiano. Muitos sindicalistas perderam a vida, outros tantos tiveram suas casas e locais sindicais destruídos e o compromisso assumido pela nossa central é de ajudar na reconstrução das organizações dos trabalhadores e assistir às suas famílias no Haiti.

A situação atual no Haiti não é uma fatalidade, é fruto historicamente da superexploração e pilhagem das grandes potências, como a França e os EUA, do país que se constituiu na primeira nação negra independente do mundo em 1804.

A CUT ressalta que o enorme número de vítimas (fala-se em até 200 mil mortos, e milhões de desabrigados em um país de 8 milhões de habitantes) e a amplitude da destruição que sofreu a região de Porto Príncipe, capital do país, não é uma fatalidade, é o resultado das carências e precárias condições de infraestrutura e das habitações, em uma situação em que o desemprego atingia mais de 60% dos trabalhadores e os salários são de miséria, enquanto o governo do Haiti pagava mensalmente milhões de dólares de dívida externa.

O fato de não haver hospitais, nem meios de transporte, nem serviços públicos organizados, não é um fenômeno "natural", é o resultado de uma política aplicada anos a fio sob a disciplina do FMI e em benefício das grandes potências que apoiaram a ditadura Duvalier até 1981 e depois o golpe de Estado que tirou do poder o presidente Aristide em 2004.

A CUT, que é a favor da soberania do povo haitiano, observa com inquietação que a tragédia foi respondida pelo governo dos Estados Unidos com uma verdadeira ocupação militar. Já são mais de 13 mil soldados enviados por Washington apetrechados para a guerra, que hoje praticamente controlam todo o país. Voos rasantes para despejar suprimentos para uma população faminta, por exemplo, jogam flagelados em conflito, deixando sem nada crianças, velhos e feridos que não podem disputar os "pacotes humanitários".

O que o Haiti precisa é de médicos, enfermeiros, engenheiros e não de tropas de ocupação, seja dos EUA, seja da ONU.

A CUT toma posição pela anulação imediata da dívida externa do Haiti pelos países credores e pela devolução total da indenização paga à França pelo Haiti quando da sua emancipação; pela abertura de fronteiras dos países aos quais os cidadãos haitianos queiram chegar; pela solidariedade e ajuda material com respeito à dignidade do povo irmão do Haiti; retirada de condicionantes para a ajuda externa, reafirmando que é necessário ter como objetivo o de restituir ao povo haitiano a sua soberania, com o fim das ocupações militares estrangeiras.

Conclamamos os sindicatos filiados, ramos e CUTs estaduais a contribuírem com depósitos no Banco do Brasil, Agência 3324-3 conta corrente 956251-6 (SOS Sindical Haiti), encarregando-se a CUT nacional de fazer chegar às organizações sindicais com as quais mantém relação os donativos.

Propomos também a organização de brigadas de trabalhadores cutistas para ajudar na reconstrução do Haiti, em especial do movimento sindical haitiano. A CUT, além de assumir sua responsabilidade na ajuda direta ao movimento sindical haitiano, se declara disposta a participar de iniciativas unitárias, com outras centrais e movimentos populares, para reforçar a solidariedade aos trabalhadores e ao povo do Haiti neste momento difícil.

Executiva Nacional da CUT

Entrevista com o sindicalista haitiano



Leia no www.sindsep-df.com.br a íntegra da entrevista com o dirigente sindical haitiano Figolé Saint-Cyr, após o terremoto de 12 de janeiro que arrasou Porto Príncipe, capital do Haiti.

Na entrevista, Saint-Cuyr, que é secretário-geral da Central Autônoma dos Trabalhadores do Haiti (CATH), revela como está a situação no país e alerta para o fato de que há países que querem se aproveitar da catástrofe para aumentar a ocupação militar no Haiti. "É verdade que o país está vivendo uma catástrofe, mas existem aqueles que se aproveitam disso para reforçar a ocupação. Por exemplo, os Estados Unidos instalando 20.000 homens armados. O Haiti não precisa de armas, nem de porta-aviões, nem de carros blindados, hoje o Haiti precisa de enfermeiros, médicos, engenheiros, para nos ajudar a enfrentar a situação", declara.

Assim como milhares de haitianos, ele também perdeu tudo após o terremoto. "Eu estou na rua, como centenas de milhares de haitianos. Como eles eu perdi tudo, inclusive minha casa. Ninguém sabe ao certo quantos mortos, 300 000? Nos viramos com aquilo que sobrou e contamos com a solidariedade entre nós. Existem muitas amputações, e uma situação sanitária muito precária. Repito mais uma vez, nós precisamos de médicos e enfermeiros".

A CATH mantém relações com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que iniciou uma campanha entre as suas entidades filiadas para ajudar a reconstruir o país, com ênfase no movimento sindical.

"O Haiti não precisa de armas, nem de porta-aviões, nem de carros blindados, hoje o Haiti precisa de enfermeiros, médicos, engenheiros, para nos ajudar a enfrentar a situação".